



SEÇÃO: ENTREVISTA

A disciplina da educação democrática agonística em um mundo polarizado: uma entrevista com Claudia W. Ruitenber*The Discipline of Agonistic Democratic Education in a Polarized World: an interview with Claudia W. Ruitenber***Enrickson Varsori¹**orcid.org/0000-0002-8875-9278
enrickson.varsori@gmail.com**Fábio Teixeira dos Santos²**orcid.org/0009-0008-9286-0708
fabiotdoc@gmail.com**Alexandre Guilherme²**orcid.org/0000-0003-4578-1894
alexandre.guilherme@pucrs.br**José Sérgio Fonseca de Carval³**orcid.org/0000-0002-0074-0872
jfscusp@usp.br**Received:** 19 jun. 2024.**Approved:** 24 jun. 2024**Published:** 11 set. 2024.

Resumo: Este artigo apresenta uma entrevista com a professora Claudia W. Ruitenber sobre educação democrática agonística. Com base em seu seminário apresentado na VI Conferência Internacional de Filosofia da Educação e Pedagogia Crítica, realizada em novembro de 2023 em Porto Alegre, Brasil, sua palestra intitulada "A Disciplina da Educação Democrática Agonística em um Mundo Polarizado" serviu como base para uma entrevista que focaliza as dimensões da disciplina agonística. Um conjunto de oito perguntas foi apresentado com o objetivo de compreender em detalhes sua contribuição para modelos agonísticos em tempos de polarização social e política.

Palavras-chave: educação democrática agonística; polarização política; agonismo; educação formal.

Abstract: This article presents an interview with Professor Claudia W. Ruitenber on agonistic democratic education. Based on her seminar presented at the VI International Conference on Philosophy of Education and Critical Pedagogy, held in November 2023 in Porto Alegre, Brazil, her lecture entitled The Discipline of Agonistic Democratic Education in a Polarized World serves as the basis for an interview focused on the dimensions of agonistic discipline. A set of eight questions was presented with the aim of understanding in detail her contribution to agonistic models in times of social and political polarization.

Keywords: Agonistic Democratic Education; Political Polarization; Agonism; Formal Education.

Introdução

A decisão de realizar a presente entrevista com a professora doutora Claudia W. Ruitenber está vinculada ao propósito de disseminar conteúdos originais em referência aos discursos contemporâneos sobre Educação e Política. A entrevista foi realizada por integrantes do Grupo de Pesquisa Educação e Violência (GruPEV), que desde 2016 produz estudos e pesquisas teórico-práticas sobre educação e violência, nomeadamente educação como forma de violência e violência escolar. É necessário frisar que tal intervenção com a autora não teria sido possível se não fosse o contexto de sua aplicação, resultado da apresentação de Ruitenber na VI Conferência Internacional de Filosofia da Educação e Pedagogia Crítica, que ocorreu no dia 29 de novembro de 2023 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Brasil.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.

O evento, idealizado na Inglaterra e cuja primeira edição foi em 2014, chegou ao Brasil com a proposta de debater criticamente sobre a Educação, com a premissa de compartilhar experiências e conhecimentos produzidos, bem como promover a integração e a cooperação entre a comunidade acadêmica. Sob a coordenação do professor doutor Alexandre Anselmo Guilherme (que também é um dos colaboradores desta publicação), a VI edição da Conferência foi marcada por debates concernentes aos desafios concretos e teóricos da Filosofia da Educação e da Pedagogia Crítica, com o intuito de alargar o arcabouço de conhecimento, em relação tanto ao campo das teorias quanto ao das práticas. Nessa edição, como referência nas áreas das Teorias da Educação, Ética e Filosofia Social e Política, houve a exposição em formato de conferência de Cláudia W. Ruitenberg.

Professora titular de Filosofia da Educação na University of British Columbia, no Canadá, Ruitenberg possui um vasto trabalho em pesquisa, incluindo o livro *Unlocking the world: Education in an Ethic of Hospitality* (2015). Como é discorrido na própria biografia acadêmica da autora, seus interesses incluem o debate sobre concepções agonísticas (isto é, orientadas para o conflito) na política e democracia; ética (incluindo, a ética da hospitalidade de Jacques Derrida); teoria dos atos de fala e performatividade discursiva; métodos de pesquisa filosófica; estética e educação artística.

Com base na exposição feita por Ruitenberg intitulada "The Discipline of Agonistic Democratic Education in a Polarized World" (que também serviu como inspiração para o título desta publicação), foca-se nas concepções agonísticas, por meio de oito perguntas cujas respostas são transcritas em sua totalidade, sem cortes ou edições por parte dos autores.

Antes de avançar com a entrevista, é necessário esclarecer sobre o conceito de "agonismo", que se faz presente ao longo desta publicação. Conforme elucida Tryggvason (2023), há uma infinidade de apropriações em relação ao conceito de "agonismo"; cingindo a este trabalho, descreveremos o conceito utilizado no enfo-

que educacional. Na abordagem educacional, o agonismo tem sido destacado em ambientes escolares como recurso para os professores mediarem assuntos relacionados à polarização política e conflitos atinentes a ela. Em suma, "a educação agonística pode ser descrita como uma abordagem que visa apoiar a participação dos estudantes na vida política e democrática" (Tryggvason, 2023, p. 2). Adicionalmente, trazemos a visão disseminada por Ruitenberg, que, ao longo dos anos, tem investigado concepções agonísticas no eixo educacional, nomeadamente a educação para a cidadania democrática radical e a educação de adversários políticos (Ruitenberg, 2009, 2010).

Autores: Em sua conferência, você disse que vivemos um tempo em que se busca destruir o inimigo, as suas ideias e o direito de cultivá-las. Considerando que a escola pode constituir um contraponto a essa tendência, qual o limite que separa as situações conflituosas de agonismo daquilo que já constitui um antagonismo, conforme a sua referida fala? Qual a linha que separa essas duas perspectivas?

Ruitenberg: Não tenho a certeza de que algum dia tenhamos vivido em um tempo sem que pessoas tenham procurado destruir outros que consideravam inimigos, as suas ideias e o direito de cultivá-las. Algumas pessoas acreditam que todo o antagonismo (ou seja, toda a oposição desenfreada) pode ser convertido em agonismo democrático (ou seja, em um tipo de oposição e contestação que respeita os princípios de igualdade e liberdade que sustentam uma ordem democrática). No entanto, concordo com a afirmação de Mouffe (2014) no sentido de que, embora devamos esforçar-nos por canalizar tanto quanto possível o antagonismo para o agonismo democrático, a categoria do "inimigo" continua a ser necessária. Os acontecimentos de 6 de janeiro de 2021 são um exemplo que sublinha este fato, uma vez que os invasores do Capitólio dos Estados Unidos e as pessoas que lá se encontravam não mostraram qualquer respeito pelas instituições e processos democráticos, podendo

ser apropriadamente rotulados de "inimigos". O movimento alemão "Cidadãos do Reich", cujos 27 membros foram detidos em dezembro de 2023 (Vock, 2023), é outro exemplo de um grupo que rejeita explicitamente as instituições e os processos democráticos e para o qual o termo "inimigo" se faz necessário.

O desafio é que esta categoria de "inimigo" não pode ser facilmente transposta para o contexto escolar. Sim, podemos ensinar às crianças a diferença entre "inimigos" e "adversários" e podemos ensinar às crianças acerca de uma gama de atividades contraditórias que os movimentos democráticos empreenderam para contestar uma ordem política, como votar, fazer questionamentos críticos no parlamento e recorrer ao sistema jurídico, bem como organizar greves, petições e outras formas de protesto coletivo. No entanto, não podemos simplesmente rotular as crianças de "inimigos" se elas expressam ideias que, fossem expressas por adultos, poderiam soar como ideias de inimigos. Os alunos estão na escola para estudar, aprender, experimentar e praticar ideias, competências e disposições. Se um aluno exprime uma ideia extremista ou crítica à própria ideia de democracia, isso não pode ser considerado como um tipo de expressão que deva colocá-lo fora da esfera dos adversários políticos legítimos. Isto não significa que tais expressões não devam ser motivo de preocupação. Se repetidas e, especialmente, se associadas a ações violentas, elas podem ser motivo para a expulsão da comunidade escolar. No entanto, a reação principal deve ser educativa e não política.

Autores: Sendo a escola um lugar que contém regras e um espaço onde a segurança nas relações deve ser cultivada, há, segundo a sua percepção, valores inegociáveis dos quais não se pode prescindir no debate ao estimular o conflito agonístico?

Ruitenber: A primeira coisa que gostaria de dizer é que não tenho certeza de que o conflito agonístico deva ser "estimulado", exceto se o que se pretende é criar uma forma de canalizar

o conflito antagônico já existente. A democracia agonística não é um conjunto de habilidades de debate que precisam ser praticadas, mas uma forma de se ler o mundo político, de se compreender onde estão pontos-chave de luta na ordem política na qual se vive e o que nelas está em jogo. Promover essa compreensão é a tarefa da educação política.

Não me sinto confortável com a ideia de que os professores devem organizar debates agonísticos em situações de sala de aula como forma de praticar a contestação agonística. Uma das fontes de desconforto é o fato de ser difícil organizar debates em que os alunos sejam convidados a tomar partido em questões agonísticas da vida real porque se trata, como Paulina Tambakaki (2014) explicou, de questões que envolvem conflitos entre adversários políticos e pertencem a distinções políticas entre esquerda/direita que não afetam os alunos pessoalmente. Os estudantes que vivem na pobreza, os estudantes que são refugiados, os estudantes cujos pais perderam recentemente o emprego ou que se debatem com um sistema de saúde subfinanciado são todos vulneráveis nos debates sobre a ordem política atual. Penso que, ao contrário, nossa energia educativa pode ser melhor gasta ensinando os alunos a compreenderem a ordem política em que se encontram e quais são os desacordos persistentes sobre essa ordem.

Os valores não negociáveis para a contestação agonística são, obviamente, a não utilização de violência física e a defesa dos valores fundamentais da igualdade e da liberdade. Além disso, os adversários num conflito político agonístico devem compreender que alguns tipos de conflito são insuperáveis, no sentido de que acerca deles não é possível qualquer consenso ou acordo, de forma que devem aceitar a emergência destes tipos de conflito como uma parte necessária da democracia. Em terceiro lugar, o debate tem de se desenrolar no registro político e não no registro moral. Isto significa que o que se contesta é a ordem política, ou a visão de uma ordem política, e não as qualidades morais ou identidades do oponente (ver a discussão em DesRoches e Ruitenber, 2018).

Finalmente, se eu puder acrescentar um valor não negociável para a educação política, seria o de que nenhum aluno do ensino básico ou secundário deveria ver a sua identidade ou direitos questionados em uma sala de aula. As discussões que se centram na identidade de alguns alunos, e em seus direitos concomitantes, não podem ser objeto de questionamento nas salas de aula. Os alunos do ensino básico e secundário têm um poder político limitado e pouca ou nenhuma escolha no que diz respeito às salas de aula na quais passam muitas horas por semana. Por essa razão, as questões sobre o direito de qualquer aluno de permanecer na escola e nela se sentir bem-vindo, se forem levantadas, devem ser colocadas em outros espaços.

Autores: Atualmente, devido à polarização política em países como o Brasil, há uma forte tendência de que os conflitos em sala de aula desbordem para situações de hostilidade entre famílias de alunos ou mesmo das famílias para com a instituição escolar. Como propor práticas que conscientizem as famílias de que os conflitos não são intratáveis, mas devem pertencer à educação e à educação política?

Ruitenbergl: Como já mencionei, há conflitos da esfera política que são insuperáveis, no sentido de que qualquer ponto de vista que consiga moldar a ordem política provoca inevitavelmente a contestação do outro lado. A distinção esquerda/direita é um exemplo clássico dessa situação; trata-se do conflito entre os que defendem uma ordem política com maior ênfase na igualdade e maior intervenção do Estado e aqueles que defendem uma ordem política com maior ênfase na liberdade individual e menor intervenção do Estado. No entanto, a escola não é um contexto em que esses tipos de conflitos políticos insuperáveis possam e devam ser resolvidos; ela é antes um contexto em que eles podem ser compreendidos.

A escola não é uma instituição neutra; ela própria faz parte das instituições que compõem a ordem política democrática e tem algumas regras próprias. Nem todos os cenários em que um conflito na sala de aula se transforma em hostilidade entre as

famílias dos alunos ou mesmo entre as famílias e a escola são conflitos políticos no sentido agonístico, e há momentos em que a escola deve tomar um partido claro. Penso, por exemplo, nos conflitos entre alunos e pais envolvendo racismo, homofobia ou transfobia. Nesses casos (e penso tanto no contexto canadense quanto no brasileiro), a função da escola é deixar claro que trabalha a partir de medidas protetivas antidiscriminatórias para pessoas racializadas, queer e trans. Isto significa que todos os alunos, independentemente da sua identidade racial, identidade de gênero e orientação sexual, merecem ser tratados com igual respeito na escola. A escola não é neutra nesta matéria e os conflitos que evidenciam as identidades e os direitos dos alunos da escola não são, na minha opinião, temas adequados para debates em sala de aula.

Autores: A função socializadora da escola preconiza as relações de alteridade e tolerância, mas é na escola que nascem também experiências de amizade e de companheirismo. Sendo que o agonismo pode desvelar a posição do outro, por vezes mais radical, não seria estranho que alguém não quisesse cultivar laços mais profundos com alguém que não é democrático ou que defende posições fascistas, por exemplo. Como mediar situações em que a revelação de posições radicais é causadora de formas mais sutis de exclusão e hostilidade?

Ruitenbergl: A verdadeira amizade é um fenômeno belo e raro, e ninguém (incluindo as crianças) pode ser obrigado a desenvolver laços profundos da amizade com outra pessoa. Penso que aquilo a que se referem é que, quando passamos algum tempo juntos em um contexto social, como uma sala de aula, precisamos de algumas regras básicas para interagir; "laços mais superficiais", podemos dizer, para manter o espaço social funcional. Os alunos precisam, por exemplo, ouvir o que alguém diz e responder ao que foi dito. Se responderem com base em seus preconceitos sobre quem é a outra pessoa, em vez de responderem ao que essa pessoa disse, eles devem ser corrigidos.

No entanto, a sua pergunta também se refere a alunos que adotam posições não democráticas

e fascistas. Neste ponto, gostaria de reiterar que as ideias fascistas e outras ideias não democráticas não devem ser apoiadas na ou pela escola. A distinção que Doret de Ruyter e Stijn Sieckelinck (2023) fazem é útil neste domínio: eles afirmam que, embora os alunos devam ter "a oportunidade de se exprimir e, dessa forma, se encontrar com outros e com eles intercambiar os seus ideais, ou seja, explorar fontes de significado e objetivo para si próprios e para os outros" (p. 425), eles devem também ser ensinados que "ter a liberdade de exprimir ideias e ideais não implica que tudo o que os alunos venham a dizer na escola possa por ela ser aceito" (p. 426). Os alunos não podem, especificamente, continuar a expressar ideias que ameacem outros alunos ou que contestem o direito de outros alunos de estarem na sala de aula – quer se trate de um aluno que exprima ideias misóginas e que contesta o direito de as meninas seguirem o tipo de formação que desejam, ou de um aluno que exprima ideias racistas e conteste o direito dos colegas racializados a seguirem o tipo formação que desejam, ou qualquer outra coisa do gênero. O que pode e deve ficar claro é que essas ideias não são bem-vindas na escola e na sala de aula porque estes são espaços que funcionam com base nos valores da igualdade racial e de gênero.

Autores: O antagonismo, em contextos de radicalização política, tem sido vivenciado como algo que obstaculiza um debate calcado na racionalidade e na razoabilidade. Em ambientes escolares polarizados, como o gestor escolar pode orientar os envolvidos no processo educativo, os quais podem se considerar inimigos – e não adversários – numa era de divisões que são vividas tão intensamente?

Ruiternberg: A polarização política afeta, sem dúvida, o ambiente da escola e da sala de aula. Imagino, por exemplo, que, antes das eleições presidenciais de 2022 no Brasil, deve ter havido tensões entre pais ou mesmo alunos que apoiavam Bolsonaro ou Lula. O principal ponto a ser considerado, diria eu, é que ninguém se beneficia, em termos educativos, se as discussões em sala de aula se transformarem em bate-boca entre

aqueles que defendem posições diferentes. A escola deve manter-se focada no processo educativo e isso significa ensinar acerca da ordem política, em vez de procurar reproduzi-la. O que quero dizer é que há muito espaço para ensinar e aprender sobre as razões pelas quais a ordem política num determinado contexto é como é e qual é a história das repetidas contestações democráticas nesse contexto. Não sou especialista em política brasileira, mas, do pouco que sei, diria que há muito a compreender sobre a configuração particular dos partidos políticos no Brasil, como mudaram ao longo do tempo e como foram moldados por crenças econômicas, sociais e religiosas.

Gostaria de reiterar que os inimigos são aqueles que rejeitam a ordem democrática e os seus princípios básicos de liberdade e igualdade. Os seus valores não devem ser apoiados pela escola, nem tampouco endossados em sala de aula. A escola não é um espaço no qual se deva dar lugar a conflitos antagônicos sem qualquer forma de arbitragem. Quando você se refere àqueles que podem se considerar inimigos no contexto escolar, eu me pergunto se você está se referindo aos inimigos da mesma forma em que tenho referido, ou seja, como aqueles que se opõem à ordem democrática e aos valores fundamentais de liberdade e igualdade. Suspeito que seja mais provável que existam oposições fortemente sentidas entre pessoas que desejam permanecer dentro de uma ordem democrática, mas cujas visões políticas são tão divergentes que mal se suportam ver umas às outras. É aqui que sublinho que a democracia agonística exige muita disciplina e compromisso, particularmente a disciplina para enquadrar o antagonismo dentro das limitações impostas pela democracia e o compromisso com a democracia, mesmo quando nos pareceria menos frustrante e mais conveniente eliminar o inimigo.

Permitam-me um comentário final sobre sua descrição acerca das "divisões que são vividas tão intensamente". Deve necessariamente haver espaço para o lado afetivo da política e da educação política; para as paixões políticas que guiam nossos vínculos. Isto não quer dizer, a propósito, que todas as emoções e expressões emocionais sobre qual-

quer experiência devam ser bem-vindas. As paixões políticas não são emoções individuais, mas formas coletivas de vinculação, que, como diz Mouffe (2014, p. 155), "são mobilizadas no domínio político na formação das formas de identificação nós/eles". Assim, embora a educação democrática agonística exija a disciplina que descrevi anteriormente, ela não se baseia apenas na razão e no debate razoável. As paixões políticas desempenham um papel importante na construção dos movimentos políticos, por exemplo.

Autores: Partindo do pressuposto de que o ser humano busca evitar a exposição a informações discrepantes daquelas crenças tradicionais que cultiva, nota-se que percepções estáveis em relação a Trump ou a Bolsonaro denotam que, mesmo escândalos ou posições desumanizantes ou geradoras de intensas controvérsias da parte desses líderes, podem nos remeter à imagem do "teflon", na qual a liderança forte é impermeável aos acontecimentos que poderiam desaboná-lo. Como é que o conflito agonista pode colaborar para a superação desse "teflon" que torna as percepções de cada sujeito imutáveis e fechadas a novas informações?

Ruitenber: Temos de olhar não só para o conteúdo epistêmico das ideias veiculadas pelas personagens políticas ou para as informações que outros veiculam para as apoiar ou desacreditá-las. Temos de olhar também para as outras razões que levam à adesão a determinadas personagens políticas. Tive o prazer de trabalhar com Yuya Takeda, que terminou a sua tese de doutorado em 2023. Ele analisa as vinculações com o pensamento conspiratório e defende a posição, com a qual concordo, de que temos de levar a sério o fato de que a associação a crenças conspiratórias e o pertencimento a grupos que as promovem oferece às pessoas um sentido (Takeda, 2023). Não podemos compreender ou responder eficazmente às crenças conspiratórias se as considerarmos apenas um problema epistêmico que pode ser resolvido com mais ou melhor informação apenas. Eu diria que o mesmo acontece com figuras políticas populistas como

Trump ou Bolsonaro. Quando Trump sugeriu publicamente que deveria ser feita uma investigação sobre a injeção de desinfetantes para matar o vírus ou quando Bolsonaro promoveu repetidamente a hidroxicloroquina como um tratamento para a Covid-19, isso não afetou negativamente a sua popularidade (McCoy, 2020). Compreendo que pode ser tentador sugerir que os seus apoiadores simplesmente não compreendem a ciência e que uma melhor informação (e/ou uma melhor educação científica) poderia remediar essa situação, mas penso que isso ignora outras razões, não epistêmicas, para a ligação das pessoas a estas figuras. Algumas pessoas estão à procura de um lugar onde se sintam respeitadas ou legitimadas, a despeito de seus níveis mais baixos de educação formal; outras procuram uma comunidade que reconheça o seu descontentamento ao descobrir que ser homem ou branco já não traz as mesmas vantagens sociais automáticas de outrora.

A teoria democrática agonística é útil neste contexto porque chama a atenção para a importância de canais e plataformas viáveis para um conflito político adequado. As pessoas encontrarão sempre um grupo com o qual se identificar e, se não vislumbrarem um grupo centrado em exigências políticas com as quais possam se identificar e ao qual possam pertencer, encontrarão outro tipo de identificação grupal – como a identificação religiosa ou racial – que lhes ofereça um lar. Os grupos políticos podem incluir partidos políticos, mas também movimentos políticos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil ou o *Sunrise Movement* nos Estados Unidos.

Autores: Segundo a sua vivência, há experiências de sucesso no caso de formação de docentes para implementar experiências de agonismo na escola. Poderia descrever quais os pilares que você acredita serem importantes para este tipo de formação docente a fim de que o conflito agonístico possa ocorrer e ser profícuo nas instituições escolares?

Ruitenber: Como já mencionei anteriormente, não defendo a implementação de experiências agonísticas, se com essa expressão você se refere

à encenação ativa de conflitos agonísticos como forma de os alunos praticarem esse conflito. O conflito democrático agonístico é o que acontece na esfera política e o mais importante é que os alunos assim o compreendam. Por isso, considero que os professores precisam ter um conhecimento profundo do contexto político em que vivem e trabalham, incluindo as razões pelas quais este contexto se tornou o que é, ou seja, a história política do seu contexto (e momentos-chave no contexto global), incluindo os movimentos que desempenharam um papel na mudança social e política ao longo dos anos. Os professores não podem intervir, orientar e redirecionar os debates sobre temas políticos na sala de aula se não puderem ensinar aos alunos o que precedeu a ordem política atual, como se processaram as mudanças políticas no passado ou que vestígios do discurso político do passado estão a ser retomados atualmente. Por exemplo, hoje, nos Estados Unidos, se um estudante evoca a declaração de Donald Trump (dezembro de 2023) sobre os migrantes desprovidos de documentos de imigração que "envenenam o sangue do nosso país", um professor não deve organizar um debate em sala de aula entre aqueles que defendem e os que se opõem a esta afirmação; ao contrário, o papel do professor é ensinar aos alunos a história desta afirmação, que repete muito claramente a expressão do "envenenamento do sangue" usado por Adolf Hitler. Se os alunos entram ou não na aula com a opinião pessoal de que Trump é "como Hitler" não é o que importa; o que importa é que os alunos aprendam sobre os textos que colocaram em circulação certas ideias, bem como sobre outros exemplos de políticos que trazem explicitamente declarações e jargões históricos.

Autores: O caminho do agonismo é complexo, pois exige um compromisso com a democracia que não visa ver o outro como um inimigo, mas busca manter o conflito. O antagonismo, contudo, é facilmente alimentado nas redes sociais, viesado pelos algoritmos e retroalimentado no interior das próprias famílias. A escola, ao optar pela matriz agonística, pode ter forças para lutar

contra as paixões políticas radicais fortemente sustentadas nos ambientes externos a ela?

Ruitenbergl: Esta é uma pergunta excelente, mas muito desafiadora! O meu primeiro comentário é que não devemos esperar que as escolas resolvam todos os males de uma sociedade. Não sei se o mesmo se passa no Brasil, mas, nos países com os quais estou mais familiarizada, tem havido uma expectativa exagerada de que as escolas possam resolver as coisas na sociedade de uma forma mais geral. Há um problema de racismo? Diga às escolas para ensinarem as crianças a não serem racistas. Há um problema ambiental? Digam às escolas para ensinarem as crianças a reciclar e a cuidar do Planeta. Estou fazendo quase um chiste, mas o padrão de instrumentalização da educação como ferramenta política é grave. Assim, embora eu acredite que é necessária uma educação política sólida, e defenda uma compreensão agonística da política e da democracia ao fazê-lo, as escolas são apenas uma das instituições sociais que se faz necessário mudar se quisermos combater o antagonismo desenfreado. Também precisaremos mudar, por exemplo, os meios de comunicação social e as próprias instituições governamentais.

Abordei anteriormente o conceito de "paixões políticas", e espero ter esclarecido que não penso que as paixões políticas sejam o problema, se as entendermos como vínculos apaixonados em relação a pontos de vista propriamente políticos que fazem parte do *agon* democrático. Penso que há um problema com o fato de alguns indivíduos e organizações fomentarem e amplificarem deliberadamente sentimentos antagônicos de ódio e desprezo pelos outros – outros imigrantes, outros indígenas, outros racializados, outros queer e trans, aqueles que vivem na intersecção de vários eixos de marginalização –, mas esses sentimentos antagônicos não são precisamente paixões políticas. A política agonística sugere "domesticá-los" para que se tornem paixões políticas e para que possam ser objeto de contestação democrática de forma não violenta.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), códigos de financiamento 88887.898520/2023-00 e 88887.898549/2023-00.

Tradução

O presente trabalho foi submetido a revisão linguística pelo professor doutor José Sérgio Fonseca de Carvalho (<https://orcid.org/0000-0002-0074-0872>).

Referências

- DESROCHES, S. J.; RUITENBERG, C. W. Chantal Mouffe. *International handbook of philosophy of education*, Cham, p. 283-294, Springer 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-72761-5_23. Acesso em: 18 jun. 2024.
- MCCOY, T. The coronavirus has hammered Brazil. But somehow, Bolsonaro is getting more popular. *Washington Post*, online, 2020 Aug 24. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/brazil-bolsonaro-coronavirus/2020/08/24/47a22cf6-e-17a-11ea-8dd2-d07812bf0f7_story.html. Acesso em: 18 jun. 2024.
- MOUFFE, C. By way of a postscript. *Parallax*, London, v. 20, n. 2, p. 149-157, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13534645.2014.896562>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- RUITENBERG, C. W. Educating political adversaries: Chantal mouffe and radical democratic citizenship education. *Studies in Philosophy and Education*, Netherlands, v. 28, n. 3, p. 269-281, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11217-008-9122-2>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- RUITENBERG, C. W. Learning to Articulate: From Ethical Motivation to Political Demands. *Philosophy of Education*, Stirling, n. 66, p. 372-380, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.47925/2010.372>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- RUITENBERG, C. W. *Unlocking the world: education in an ethic of hospitality*. New York: Routledge, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315631349>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- RUYTER, D.; SIECKELINCK, S. Creating Caring and Just Democratic Schools to Prevent Extremism. *Educational Theory*, Illinois, v. 73, n. 3, p. 413-433, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/edth.12583>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- TAKEDA, Y. Illuminating (dis)enlightenment: critical media literacy and/or conspiracy theories? *Vancouver: University of British Columbia*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14288/1.0437186>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- TAMBAKAKI, P. The tasks of agonism and agonism to the task: Introducing Chantal Mouffe: Agonism and the politics of passion. In *Parallax*. London, v. 20, Issue 2, p. 1-13, 2014. Taylor & Francis. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13534645.2014.896543>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- TRYGGVASON, Á. Agonistic teaching: Four principles. *Journal of Curriculum and Pedagogy*, London, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15505170.2023.2284694>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- VOCK, I. Reichsbürger: German far-right extremists charged with planning violent coup. *BBC News, Jornal Online*, 2023, December 12. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-67691489>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Enrickson Varsori

Doutor em Ciências da Comunicação, residente como Jovem Talento Capes-Print pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil (PUCRS) e colaborador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

Fábio Teixeira dos Santos

Doutor com foco em Ética (Pont. Univ. Lateranense – IT), Pós-Doc em Psicologia Social (Univ. do Porto – PT) e atualmente Pós-Doc em Educação (PUCRS).

Alexandre Guilherme

Doutor em Educação, professor adjunto do PPGEd da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, coordenador do Grupo de Pesquisas em Educação e Violência (GruPEV/CNPq).

José Sérgio Fonseca de Carvalho

Doutor em Filosofia da Educação, professor titular de Filosofia da Educação na Universidade de São Paulo. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória.

Endereço para correspondência:

ENRICKSON VARSORI

enrickson.varsori@gmail.com

FÁBIO TEIXEIRA DOS SANTOS

fabiotsdoc@gmail.com

ALEXANDRE GUILHERME

alexandre.guilherme@puhrs.br

JOSÉ SÉRGIO FONSECA DE CARVALHO

jfscusp@usp.br

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.